

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- Direito & Sociedade
- Jurisprudência
- Legislativo em Foco
- Panorama Internacional
- Panorama Nacional
- Direito da Conquista do Voto Feminino
- Mulheres em Movimento
- Opinião
- Agenda Cultural

Apresentação

A **73ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas (os) que queiram colaborar.

Editorial

MULHERES NA POLÍTICA – representatividade e participação

No mês de fevereiro é comemorada a conquista de um grande passo rumo à igualdade de direitos das mulheres. Mais precisamente, no dia 24 de fevereiro do ano de 1932, as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto. Após anos de reivindicações, tal direito foi finalmente assegurado no Código Eleitoral Provisório (Decreto 21076), ainda que restringido à apenas as mulheres casadas, viúvas e solteiras que possuíssem renda própria. ^[1]

A conquista do voto feminino foi sem dúvida um grande avanço na busca pela igualdade de gênero, uma vez que, ao conceder o título de cidadã e, assim, o exercício dos direitos atrelados à cidadania, reconheceu-se a capacidade e a independência da mulher enquanto exercente do direito mais básico de uma sociedade democrática, qual seja a escolha de seus representantes políticos. Representantes estes, que levam os anseios de seus representados às casas de poder e os colocam em pauta, para que as questões e reivindicações da classe a que representam sejam ouvidas e, se possível, solucionadas. Ou pelo menos deveriam.

No decorrer do tempo é possível observar uma falha na representatividade feminina, advinda da escassa presença de mulheres no protagonismo político, seja pela conquista ao voto posterior ao voto masculino, e, superada esta questão, pelo papel socialmente imposto à mulher que a afasta dos postos públicos e de poder.

Luiza Massaro Magyar de Souza
Estagiária de Direito do NUDEM

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

Direito& Sociedade

A trágica urgência em combater o feminicídio

O assassinato da escrevente Simone Lanzoni em Sorocaba, interior de São Paulo, no dia 3 de janeiro, revela já nestas primeiras semanas de 2018 que a violência contra a mulher e o feminicídio continuam rotineiros no Brasil. A escrevente de 46 anos era filha de uma ativa líder sindical, a ex-dirigente da APEOESP e professora Abigail do

Amaral Maduro. A professora, falecida em agosto de 2014, foi a primeira secretaria de Assuntos dos Aposentados do Sindicato dos Professores, e era historicamente engajado na luta feminista.

De acordo com a Polícia Militar, Simone foi morta a tiros pelo próprio namorado em Sorocaba, cidade onde ambos viviam. As primeiras investigações indicam que José Júlio Ferreira Cintra de Almeida Prado Júnior matou a namorada e depois cometeu suicídio. Nas reportagens sobre o caso, pessoas próximas ao casal informaram que José Júlio tinha um histórico de atitudes de ciúmes e essa pode ter sido a causa da tragédia, que deixou três crianças órfãs.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Laudelina: domésticas com direitos

Aplicativo fornece conhecimento e ferramentas para trabalhadoras domésticas lutarem por seus direitos

Você já ouviu falar de Laudelina Campos? Uma ativista negra que em 1936 criou a primeira associação de trabalhadoras domésticas, em São Paulo. Ela dá nome ao aplicativo pensado pela Themis e pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) finalista do Prêmio Desafio de Impacto Social Google 2016.

LAUDELINA é mais que um aplicativo, mas uma ferramenta de transformação e organização social. Ele vem com um manual informativo de direitos trabalhistas, uma calculadora de benefícios interativa, uma lista de órgãos de proteção de seus direitos mais próximos de acordo com a localização, uma rede de contatos de trabalhadoras e sindicatos mais próximos da região e um ícone para calcular os valores de rescisão contratual. Incrível, né?

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Nove meses de luto

Impedidas de escolher, grávidas de fetos com órgãos vitais comprometidos se preparam para o luto durante o pré-natal

No consultório:

- Como você está, Claudilene? Pergunta a obstetra.
- Fisicamente? Estou bem, só o inchaço que está me incomodando...
- E o coração? Como está em relação ao que o seu bebê tem?
- Ah! Muito triste, né? Eu não queria isso. Entendo que meu bebê tem vários probleminhas, está muito doentinho e pode ser que ele não sobreviva.
- O que você entende quando você fala “pode ser que ele não sobreviva”?
- Sim, eu sei, é só uma questão de acreditar em Deus, mas eu tenho consciência.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Dupla jornada e falta de apoio masculino dificultam carreira de juízas, diz pesquisa

Uma pesquisa organizada pela comissão de mulheres da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) mostra que para 86% das magistradas federais, a representatividade feminina na carreira é "baixa" (46%) ou "razoável" (40%). Apenas 13% das entrevistadas têm a percepção "boa" e 1% como "excelente".

Segundo o levantamento, que foi oficialmente divulgado, a dupla jornada da mulher (94%), a falta de apoio de maridos ou companheiros quando é preciso mudar de cidade (84%) e o fato de a vida da mulher ser mais afetada pela profissão do que a dos colegas homens (81%) são os principais fatores que impedem uma maior presença feminina na Justiça Federal.

Foram ouvidas 185 juízas federais no período de 25 de julho a 29 de agosto do ano passado. As entrevistadas responderam a um questionário online com 72 perguntas abertas. Segundo a Ajufe, na Justiça Federal, há um total de 1.654 membros, com 1.221 homens (74%) e 433 mulheres (26%).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Presas relatam aborto após hemorragia, tortura contra bebês, sede e fome em presídios

Relatório do Ministério dos Direitos Humanos revela casos estarrecedores de maus tratos a gestantes e lactantes

A ação que pode beneficiar 4.560 mulheres presas gestantes, lactantes ou que tenham filhos de até 12 anos, prevista para ser julgada na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta terça-feira, revela casos que violam a dignidade humana das detentas. Documento do Ministério dos Direitos Humanos anexado ao processo que será analisado pelos ministros apresenta “casos individuais com fortes indícios de tortura contra mulheres e adolescentes gestantes e com filhos nas unidades de privação de liberdade do país”.

O primeiro caso narrado é de uma mulher que estava grávida de dois meses quando chegou à unidade. Ela sangrou por sete dias, desde o primeiro dia que chegou ao local. Além de não ter sido socorrida, a mulher dormiu no chão por vários dias. Não havia água potável na cela. Quando o sangramento terminou, a presa relatou mau cheiro, que foi confirmado por outra interna. Ela descobriu depois de alguns dias que tinha sofrido um aborto.

O outro caso foi de uma adolescente que estava grávida há três meses e já tinha um filho de quatro meses, que era cuidado pela mãe dela. Quando foi apreendida, passou quatro dias na delegacia em cela masculina, com homens adultos. Depois, foi transferida para a unidade socioeducativa, onde passou seis dias isolada na cela de “reflexão”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Jurisprudência

Ministro do STF manda travestis cumprirem pena em prisão feminina

Duas presas estavam em cela masculina, no interior de São Paulo

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso determinou a transferência de duas travestis para presídios femininos.

A decisão divulgada não se estende a todos as travestis, mas o entendimento pode ser usado como base em outros casos semelhantes.

As travestis estão presas desde 2016 na Penitenciária de Presidente Prudente, no interior paulista.

A defesa de uma delas, condenada a seis anos por extorsão mediante restrição de liberdade, pedia para responder ao crime em liberdade ou regime mais leve para cumprimento de pena. Em caso de negativa, pediu a transferência para local adequado a sua identidade de gênero. Ela se encontra numa cela com 31 homens, segundo o pedido, sofrendo “influências psicológicas e corporais”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Trio é condenado a indenizar por divulgação indevida de fotos íntimas

A 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença da 2ª Vara de Jaguariúna que condenou três homens a indenizarem mulher que teve fotos íntimas divulgadas em rede social e enviadas via e-mail. Um deles terá que pagar R\$ 7 mil, enquanto os outros dois pagarão indenização de R\$ 4 mil cada.

De acordo com os autos, a autora teve um encontro casual com um dos réus, durante o qual tiraram fotos íntimas. Posteriormente, foi surpreendida com a divulgação das referidas imagens na internet, pois o acusado havia criado um perfil falso em seu nome em uma antiga rede social, além de repassar as fotos para os outros réus, que as reenviaram via e-mail para diversos destinatários.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

STF aprova habeas corpus coletivo para mães. Qual o impacto da decisão

Direito de mulheres grávidas ou mães de crianças de cumprir a prisão provisória em casa já está na lei desde 2016

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal concedeu, por 4 votos a 1, habeas corpus coletivo a todas as mulheres grávidas, mães de crianças de até 12 anos e de filhos com deficiência, que se encontravam presas provisoriamente, sem condenação. A decisão determina que elas aguardem julgamento em regime domiciliar.

Tribunais terão 60 dias para cumprir a determinação do STF após sua publicação. A medida deve mandar para casa pelo menos 4.500 detentas, cerca de 10% do total de mulheres presas no país.

O cumprimento de prisão domiciliar não se aplica a casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça, de crimes contra os filhos ou em situações julgadas excepcionais, que justifiquem, na avaliação da Justiça, mantê-las encarceradas provisoriamente.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Vara de violência contra a mulher pode autorizar viagem de mãe e filho ao exterior

É de competência das varas especializadas em violência doméstica ou familiar contra a mulher a análise de demandas relacionadas aos interesses da criança e do adolescente nas hipóteses em que os pedidos estiverem ligados especificamente à prática de violência contra a mulher. Nesses casos, a competência é mantida inclusive nos pedidos de viagem internacional em companhia de menor de idade.

O entendimento foi fixado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao reconhecer a competência de juizado de violência doméstica do Distrito Federal para autorizar que uma boliviana vítima de violência familiar retorne para o seu país de origem com o filho, de apenas um ano de idade.

Além de se opor à viagem da mãe, o pai da criança defendia a competência da Vara da Infância e Juventude para decidir sobre a questão, tese que foi acolhida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), mas afastada pela maioria dos ministros do colegiado do STJ no julgamento do recurso especial interposto pela mãe.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Companheira consegue pensão por morte mesmo sem prova documental de união estável

A 18ª vara Federal de Curitiba/PR que considerou depoimentos de vizinhos do casal como prova de existência de união estável.

Uma mulher teve reconhecido o direito de receber o benefício previdenciário de falecido com quem vivia em união estável. A decisão é do juízo da 18ª vara Federal de Curitiba/PR, que condenou o INSS ao pagamento de cota parte do benefício à companheira do segurado falecido.

O beneficiário faleceu em 2011 e, desde então, a filha do casal, menor de idade, passou a receber pensão por morte. Entretanto, o benefício não foi estendido à companheira do falecido, que ingressou na Justiça pleiteando a concessão da pensão desde a data do falecimento do segurado.

Em sua defesa, o INSS pediu a improcedência do pedido, pois não havia a comprovação da existência de dependência econômica entre a autora e o beneficiário, além de sustentar que a autarquia não deveria ser condenada ao pagamento retroativo da cota do benefício que já havia sido pago à filha da autora.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Legislativo em Foco

Avança Decreto nº 58.091, de 16 de fevereiro de 2018

Regulamenta a licença-gala, a licença parental de longa duração, a licença para

Acompanhar cônjuge ou companheiro e a licença parental de curta duração, na

Forma e condições que especifica, tendo por fundamento o disposto nos artigos 64,

Inciso II, 148 e 149 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, bem como nas Leis

Nº 9.919, de 21 de junho de 1985, e nº 10.726, de 8 de maio de 1989.

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso

Das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a vigente regulamentação

Dá licença-gala, da licença à gestante, da licença-

-Adoção ou guarda e da licença-maternidade à realidade social,

De modo a conferir a mais ampla proteção à criança e à família

Por meio de garantia de tratamento isonômico entre os servidores

Públicos municipais, sem distinção de gênero, orientação

Sexual, identidade de gênero e estado civil;

CONSIDERANDO que essa adequação regulamentar igualmente

Se impõe em face das inovações introduzidas no cenário

Jurídico-normativo nacional, quer pelo Estatuto da Criança e

Do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de

1990), quer pela dominante e reiterada jurisprudência sobre essas

Matérias, em especial a partir do julgamento, pelo Supremo

Tribunal Federal, da ADI nº 4.277/DF e da ADPF nº 132/RJ, consoante

Apontado nos estudos encetados pela Procuradoria Geral

Do Município - PGM e pela Secretaria Municipal de Gestão,

tendo por diretriz orientadora a circunstância de se cuidar de

Benefícios voltados fundamentalmente às crianças e à família,

Em perfeita sintonia com o princípio protetivo previsto no artigo

227 da Constituição Federal.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Intervenção no RJ suspende tramitação da PEC 181 que proíbe aborto mesmo em caso de estupro

Além da reforma da previdência, a intervenção no Rio de Janeiro vai travar a tramitação da Proposta que restringe o foro privilegiado, a que proíbe o congelamento de gastos para a segurança, e outras.

Existem atualmente em tramitação no Congresso 1.694 PECs, Propostas de Emendas à Constituição. Na Câmara, 35 comissões debatem emendas constitucionais. Mas a Constituição proíbe emendas enquanto vigoram intervenções federais.

Outra PEC que também ficará suspensa é a que proíbe o aborto até em casos de estupro e a da redução da maioria penal. Os agentes comunitários de Saúde trabalhavam para aprovar este ano uma PEC que estabelecia uma política salarial para a categoria, mas vão aguardar mais, como explicou a vice-presidente da Confederação dos agentes de saúde, Marivalda Araújo.

O presidente da república Michel Temer e da Câmara, Rodrigo Maia, chegaram a defender a possibilidade de votar PECs mesmo após o decreto de intervenção. Mas, em seguida, o próprio Maia, e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, decidiram suspender votações desse tipo de matéria.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Internacional

Irlanda anuncia referendo para decidir sobre legalização do aborto

De maioria católica, país tem a legislação sobre o tema mais restritiva da Europa. Em manifestação realizada em setembro do ano passado, mulheres defendem o direito ao aborto

DUBLIN — O governo da Irlanda anunciou a convocação de um referendo em maio que pode facilitar o acesso ao aborto no país conservador de maioria católica. Desde 1983, uma emenda à Constituição equaliza o direito à vida do feto ao da mulher, fazendo com que o país tenha a legislação mais restritiva de toda a Europa. A interrupção da gravidez é permitida apenas quando a gestante corre risco de vida, mas proibida em casos de estupro, incesto ou anormalidade fetal.

A consulta não irá propor uma nova legislação, apenas questionar a população se ela deseja manter ou rejeitar este artigo constitucional, conhecido como a Oitava Emenda. Antes da votação, o Ministério da Saúde irá rascunhar um projeto de lei propondo o acesso irrestrito ao aborto para mulheres até a 12ª semana de gravidez, e em condições excepcionais após este período.

A data exata para o referendo será decidida pelo Parlamento, mas o primeiro-ministro irlandês, Leo Varadkar, já anunciou sua posição a favor da reforma. Por causa das leis restritivas, milhares de irlandesas viajam a países vizinhos para interromperem gestações indesejadas. Dessa forma, apenas as mulheres que podem pagar pela passagem e estadia têm acesso ao procedimento.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulher trans produz leite e amamenta bebê pela primeira vez já registrada

Uma mulher transgênera produziu leite e amamentou um bebê. É a primeira vez que um fato como esse é reportado cientificamente, segundo pesquisa publicada no periódico Transgender Health.

Com 30 anos de idade, a mulher trans (que nasceu com corpo de homem, mas se identifica como uma mulher) quis amamentar o bebê depois que sua companheira, que estava grávida, decidiu que não queria ter essa experiência.

A produção de leite foi possível com um tratamento que envolveu a administração de um coquetel de remédios, incluindo um medicamento que estimula a produção de leite e um bloqueador de hormônios masculinos, e o bombeamento da mama. A mulher trans tem recebido terapia hormonal por seis anos, mas nunca realizou nenhuma cirurgia de mudança de sexo.

Um especialista do Reino Unido disse que a pesquisa é "emocionante" e pode levar a mais casos de amamentação por mulheres trans.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mutilação genital afeta 200 milhões de mulheres no mundo, diz ONU

Cerca de 200 milhões de mulheres sofrem com a mutilação genital em todo o mundo. O dado foi divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) marcando, o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. O problema está presente, sobretudo, em países da África.

Em algumas culturas a mutilação genital é um costume quase obrigatório das famílias. Em muitos países ela é vista como um ritual para evitar que a jovem leve uma vida sexual plena no futuro, o que, na visão desses grupos, seria algo devasso. Entre alguns povos muçulmanos, a prática é vista como uma maneira de livrar a criança do pecado e torná-la membro de fato da religião. Há aqueles que também consideram que a circuncisão protege a criança de problemas mentais e deficiências.

Kedija, de 25 anos, teve sua vulva removida e a vagina costurada quando tinha apenas sete dias de idade e enfrentou uma vida de dor.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

OMS recomenda menor uso de medicamentos durante o parto

Entidade diz que drogas são utilizadas quando o ritmo de dilatação do colo do útero é menor que 1 cm por hora, mas leitura é inadequada

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou que menos medicamentos sejam administrados durante o parto. Segundo a entidade, drogas são utilizadas em função de uma leitura inadequada do ritmo de dilatação do colo do útero.

Desde a década de 1950, uma mulher cujo ritmo de dilatação do colo do útero é mais lento do que um centímetro por hora é considerado "anormal", indicou o médico Olufemi Oladapo, do Departamento de Saúde Reprodutiva da OMS, em entrevista coletiva em Genebra.

Quando os médicos e a equipe enfrentam um trabalho mais lento do que essa referência, "a tendência é agir", seja com uma cesariana, ou usando medicamentos como a oxitocina, que acelera o trabalho, explicou. Na nova orientação, a OMS pede a eliminação da referência de um centímetro por hora.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

ONU Mulheres defende investimentos públicos e privados em igualdade de gênero para aumentar participação de meninas e mulheres em ciência e tecnologia

Atualmente, mulheres detêm 18% dos títulos de graduação em Ciências da Computação e são apenas 25% da força de trabalho da indústria digital no mundo. Questões foram apontadas no evento “Por um Planeta 50-50 em 2030: Mulheres e meninas na Ciência e Tecnologia” para celebrar ao Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência, comemorado em 11 de fevereiro.

A ONU Mulheres, a Unesco e a Serasa Experian promoveram, em 5 de fevereiro, o encontro “Por um Planeta 50-50 em 2030: Mulheres e Meninas na Ciência & Tecnologia”. Na abertura do evento, a ONU Mulheres frisou o potencial pouco aproveitado de meninas e mulheres nas exatas e os efeitos futuros para o mundo do trabalho em mudança. “74% das meninas têm interesse em ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Mas o fato é que apenas 30% das pesquisadoras do mundo são mulheres. Em

termos de crescimento econômico, 144 países em desenvolvimento aumentarão o PIB em 8 trilhões, se 600 milhões de mulheres e meninas tiverem acesso às áreas de ciência, tecnologia e inovação”, disse Adriana Carvalho, gerente dos Princípios de Empoderamento Econômico da ONU Mulheres Brasil.

No ano passado, a ONU Mulheres fez o [alerta global](#) de que as mulheres estão fora dos principais postos de trabalho gerados pela revolução digital. Elas têm somente 18% dos títulos de graduação em Ciências da Computação e são, atualmente, apenas 25% da força de trabalho da indústria digital.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

El Salvador: Teodora Vásquez, que deu à luz um bebê sem vida e passou 10 anos presa, é colocada em liberdade

Teodora del Carmen Vásquez foi colocada em liberdade após um tribunal reduzir sua pena. Ela foi obrigada a passar dez anos na prisão em El Salvador depois de sofrer complicações em sua gravidez que a fizeram ter um parto prematuro. Para a Anistia Internacional, a libertação de Teodora deve abrir as portas para a mudança das leis antiaborto extremamente severas do país. Pelo menos 27 mulheres permanecem presas por conta da proibição total do aborto, segundo organizações que defendem os direitos humanos das mulheres em El Salvador.

“É encorajador ver Teodora sair da prisão – onde nunca deveria ter estado, que fique claro – mas El Salvador ainda está longe de garantir os direitos das mulheres e meninas no país”, declarou Erika Guevara-Rosas, diretora da Anistia Internacional para a região das Américas.

“As autoridades de El Salvador devem revogar urgentemente está indigna proibição do aborto que criou um contexto de discriminação, dor e injustiça”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Argentina dá o primeiro passo para legalizar o aborto

Macri permitirá o debate no Congresso em meio a uma enorme pressão social para colocar o país na vanguarda da América Latina

A sociedade argentina está mudando a uma velocidade imprevista. O casamento homossexual, impensável há alguns anos, quando sofreu a duríssima oposição do então cardeal [Jorge Bergoglio](#), está absolutamente normalizado. O machismo que dominou esta sociedade durante anos agora parece em retrocesso, acuada pela onda social que levou às maciças mobilizações do Nem Una a Menos, embora ainda hoje continue morrendo uma mulher a cada 30 horas por causa da violência de gênero. Agora parece chegada a vez do [aborto](#), que abre caminho em meio a uma inusitada pressão social a favor da legalização nas primeiras 14 semanas, ao estilo do que acontece na maioria dos países europeus, mas não na América Latina, onde [só o Uruguai o aprovou](#). A pressão é tão forte que o próprio Mauricio Macri, que sempre se declarou contra o aborto, instruiu sua equipe a permitir o debate no Congresso. A batalha está apenas no início, os deputados a favor ainda estão longe de ser maioria, mas o gesto de Macri surpreendeu a todos e abre caminho para um processo de final imprevisível.

“É uma grande vitória, resultado dos vários anos de luta para instalar o debate. Há possibilidades. Os deputados são muito permeáveis à opinião pública, devem a ela seus votos, e hoje ela é majoritariamente a favor da lei. Vamos tentar levar ao Congresso no dia 8. São feitos 500.000 abortos clandestinos por ano na Argentina, há garotas que [vão para a cadeia por abortar](#), isso não dá mais”, diz a deputada Victoria Donda, de esquerda, filha de desaparecidos, que lidera o grupo promotor da reforma. Nas redes sociais e na rua, a mobilização no último mês surpreendeu a todos e continua crescendo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Nacional

Carnaval feminista: "não é não" e o debate sobre o assédio

Campanhas sobre consentimento avançam em meio à folia no Brasil

Em 2018, o empoderamento feminino também caiu na folia. Em ao menos sete cidades, incluindo as capitais São Paulo, Salvador, Recife e Rio de Janeiro, foram distribuídas 25 mil tatuagens temporárias com a frase "não é não", um alerta contra abuso que pululavam em blocos e desfiles.

As tatuagens foram produzidas a partir de um financiamento coletivo, responsável por arrecadar 20 mil reais. Adesivos com os mesmos dizeres também foram distribuídos entre os foliões.

O objetivo da campanha era conscientizar homens e mulheres sobre a questão do consentimento, isto é, de não avançar ou insistir quando a resposta for um sonoro "não" ou quando a pessoa não estiver em condições de consentir.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Da violência sexual contra mulheres com deficiência: a invisibilidade social

O presente artigo divide-se em quatro partes, as quais serão publicadas sucessivamente.

O Brasil é Estado Parte do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional – aprovado por meio do decreto 4.388, de 25 de setembro de 2002 – no qual são considerados crimes da Competência desse Tribunal:

“Artigo 7º – Crimes contra a Humanidade. 1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por “crime contra a humanidade”, qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: (...)

Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável;”

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), a violência sexual é um problema de saúde pública de caráter planetário.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Brasília é único lugar do país onde mulheres ganham mais do que homens

No DF, mulheres se concentram em vagas que exigem nível superior. Nacionalmente, ainda há desequilíbrio de salários, mas pesquisa aponta avanço.

Distrito Federal é a única unidade do país onde mulheres ganham, em média, mais do que homens. É o que aponta a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, cuja compilação dos dez últimos anos de pesquisa foi divulgada. De acordo com o levantamento, que analisou números entre 2007 e 2016, as mulheres do DF ganham em média R\$ 5.261,80. Já os homens recebem salário de R\$ 5.196,10.

O número se contrapõe a outro, que indica que o mercado de trabalho do DF é composto só em 38% por mulheres – 62% são homens. Entre 1,25 milhão de trabalhadores, apenas 474 mil são do gênero feminino.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Campinas reduz em cerca de 60% recém-nascidos acolhidos em abrigos

Os serviços de acolhimento de Campinas têm recebido destaque no cenário nacional, sendo referência para outras regiões do País. Nos últimos anos, houve uma queda de quase 60% no número de recém-nascidos acolhidos em abrigos: de 18 bebês em 2014 e 2015, anos em que foram criados os serviços de acolhimento conjuntos para mãe e bebê, para oito em 2017. Em 2016 foram registrados cinco acolhimentos.

A queda na retirada de bebês das mães é uma inovação em política pública e segue normativas internacionais que determinam que crianças de 0 a 3 anos não podem estar fora do convívio familiar. De acordo com a secretária municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar, Eliane Jocelaine Pereira, o contato dos bebês e crianças de até 3 anos com seus pais e familiares, e principalmente com suas mães, propicia um maior desenvolvimento cognitivo, social e de autor regulação da criança.

“O cuidado familiar protegido evitará impactos e estresses à criança e proporcionará que ela tenha um senso de equilíbrio emocional em fases posteriores de seu desenvolvimento. Esse cuidado e manutenção dos vínculos mãe com o bebê, que primamos em nossos serviços de acolhimento – especialmente na primeiríssima infância –, é que leva a essa redução do número de bebês em abrigos”, afirma Eliane.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres são a maioria das vítimas do tráfico de pessoas, aponta relatório

Relatório apresentado durante o 1º Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, encerrado, no Rio de Janeiro, revela que de 2014 a 2016, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) do Ministério da Justiça e Segurança Pública contabilizou, pelo Serviço Ligue 180, um total de mulheres vítimas de tráfico de pessoas superior ao de homens, para fins de exploração sexual e trabalho escravo.

Do total de 488 casos identificados pelo Ligue 180 para exploração sexual, 317 eram mulheres e cinco homens. Para trabalho escravo, foram recebidas denúncias de 257 casos no período de 2014 a 2016, com predominância também de mulheres, 123 contra 52 homens.

Em termos de idade, a faixa etária compreendida entre 10 e 29 anos concentra cerca de 50% do total, de acordo com dados do Ministério da Saúde. Pela SDH, crianças e adolescentes são vítimas de tráfico de pessoas, especialmente nas faixas etárias de 0 a 17 anos. Entre 2014 e 2016, elas somaram 216 traficados do total de 413.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Direito da Conquista do Voto Feminino

O Voto Feminino

A ação de Mulheres como Bertha Lutz, criadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e Leolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, trouxe a discussão sobre a participação feminina ao Senado durante a República Velha (1889-1930).

Veja o Vídeo na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Apesar da baixa representatividade, mulheres conquistam espaço na política

No Congresso, há uma representante do DF entre oito parlamentares. Na Câmara Legislativa, são cinco de 24 distritais

Em uma reunião sobre uma operação, um homem muito alterado deu um soco na mesa e falou: "Quero ver se vai ter homem para derrubar. Dei outro soco na mesa e falei: "Homem não vai ter, mas vai ter mulher. Nunca me deixei ser calada"

Elas são maioria na população, mais escolarizadas e dominam as listas de aprovados em concursos públicos. Mas, quando o assunto é ocupar cargos eletivos e políticos, a realidade se inverte. No Governo do Distrito Federal (GDF), percebe-se com clareza a distorção: as mulheres representam 66,7% dos servidores e empregados ativos, mas ocupam 15,8% dos cargos de natureza política. São nove mulheres nos 57 postos do alto escalão do Executivo local.

No Legislativo, a situação é parecida. Na Câmara, dos 24 deputados distritais eleitos, cinco são mulheres, ou seja, elas ocupam 20,8% do plenário. No Congresso Nacional, há uma mulher entre os oito parlamentares de Brasília no Senado e na Câmara dos Deputados, uma porcentagem feminina de 12,5 %. “Além da sub-representatividade, vivemos uma desumanização simbólica. As mulheres lutam para serem donas de seus próprios corpos e da sua fala. Quando a mulher fala, é uma ruptura muito nítida no parlamento. Há mais animosidade, mais reações”, afirma a deputada federal Erika Kokay, única representante do DF na Casa.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Cidadania da mulher: a conquista histórica do voto feminino no Brasil

Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, a mulher brasileira conquistou o direito ao voto.

Há três anos o Brasil comemora, no dia 24 de fevereiro, o "Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil". A data comemorativa foi sancionada pela primeira mulher eleita para chefe máximo do executivo, Dilma Rousseff, por meio da lei 13.086/15.

De autoria da deputada Federal Sueli Vidigal, o PL 4.765/09 dispôs sobre essa data porque neste dia, por meio de um decreto de Getúlio Vargas em 1932, a mulher brasileira obteve o direito de votar nas eleições nacionais. Entretanto, a conquista não foi completa. O Código Eleitoral da época permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras e com renda própria pudessem votar.

Até que todas as restrições ao pleno exercício do voto feminino fossem retiradas se passaram alguns anos. Em 1934 as restrições ao pleno exercício do voto feminino foram eliminadas no Código Eleitoral e em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

Milhares de mulheres se manifestam em Buenos Aires para pedir lei de aborto

Milhares de mulheres se manifestaram em frente ao Congresso argentino para pedir uma lei que descriminalize o aborto. Uma campanha feita durante o dia no Twitter transformou o pedido no assunto mais comentado no país na rede social.

As associações organizadoras da concentração em Buenos Aires fazem parte da Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito, que pediu que as manifestantes levassem lenços verdes, símbolo do movimento que em 11 anos apresentou em seis ocasiões a proposta parlamentar de uma lei de interrupção voluntária da gravidez.

Apesar de, em todas essas ocasiões, ter perdido sua vigência por não ser tratada, a proposta voltará a ser levada ao Congresso nos próximos dias, afirmou à Agência EFE a dirigente da organização Plenária de Mulheres, Vanina Biasi, que denunciou que a atual proibição faz com que entre 50 mil e 100 mil mulheres terminem hospitalizadas após abortar clandestinamente.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Projeto reúne casos de violência contra mulheres na Jatiúca, Maceió, para propor melhorias de espaços públicos

Estudante de arquitetura da Ufal espalhou cartazes em pontos considerados críticos do bairro para que as vítimas contem suas histórias; relatos também podem ser feitos em um site.

Um projeto criado por uma estudante da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) está recolhendo relatos de casos de violência sofrida por mulheres no bairro da Jatiúca, em Maceió, por meio de cartazes espalhados pelo bairro e também pela internet.

Segundo ela, o objetivo é propor melhorias nos espaços públicos da região, para que ela se torne mais segura para todos, mas principalmente para a população feminina.

Julia de Freitas Correia Lyra cursa arquitetura e urbanismo na Ufal. Ela, que mora na Jatiúca, conta que a ideia surgiu como parte do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

“Eu senti essa necessidade de trabalhar essa perspectiva de gênero das próprias mulheres dentro do bairro, do medo e da vulnerabilidade. O espaço é pensado e feito por homens, e deixa de lado questões femininas, como o medo da violação. Os homens têm medo também, mas a mulher enfrenta um medo a mais, de ser violada, assediada, sofrer abuso, estuprada, coisas assim”, relata a estudante.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Opinião

“O poder do homem está ligado à sua capacidade de silenciar as mulheres”

A acadêmica Mary Beard lança ‘Mulheres e poder’ e entra em um dos debates mais quentes atuais

Mary Beard, de 63 anos, é a intelectual do momento no Reino Unido. Grande especialista em Roma clássica, seu vasto conhecimento sobre o mundo antigo e seu proverbial talento divulgador, presentes em obras como SPQR, permitem a Beard contextualizar e focar certeira os debates contemporâneos. Prova disso é Women&Power (Mulheres e Poder), um pequeno manifesto feminista.

Pergunta. O primeiro exemplo documentado de um homem mandando uma mulher se calar está na Odisseia. Silenciar Penélope, sua mãe, faz parte do desenvolvimento de Telêmaco, filho de Ulisses, como homem?

Resposta. Precisamos compreender que são problemas profundamente arraigados na história da cultura ocidental há milênios. Com isso não quero dizer que estejamos amarrados a eles, mas devemos buscar soluções diferentes. Quando você vê exemplos de mulheres silenciadas no mundo antigo, é fácil concluir que faz parte de uma discriminação geral. Mas a Odisseia mostra mais do que isso. Para deixar de ser menino e tornar-se homem, Telêmaco deve aprender a calar as mulheres. É um silenciamento muito mais ativo. O poder do homem está associado à sua capacidade de silenciar as mulheres. Toda a definição de masculinidade dependia do silenciamento ativo da mulher.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Chimamanda Ngozi Adichie: “Nossa época obriga a tomar partido”

Escritora nigeriana defende que "todos devemos ser feministas", e critica os discursos de ódio tão comuns atualmente

É a referência mais pujante da luta contra a discriminação sexual. Seu lema "Todos devemos ser feministas" inspirou celebridades como Beyoncé e acabou estampado em camisetas da Dior. Dividindo-se entre a Nigéria e os EUA, a autora de livros tão aclamados como *Meio Sol Amarelo* e *Americanah* não se interessa pelas teorias, diz, e sim pela "tessitura da vida".

CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE (Nigéria, 1977) escreveu seus primeiros contos quando tinha 7 anos. Aos 26 publicou seu primeiro romance, *Hibisco Roxo*, que, como o segundo, *Meio Sol Amarelo*, tem como palco sua Nigéria natal. Por ambos a escritora recebeu reconhecimento internacional e múltiplos prêmios, mas foi por *Americanah* que ela recebeu o mais prestigioso —o *National Book Critics Circle Award*, em 2013 (a Companhia das Letras publicou os três no Brasil).

Adichie cresceu num campus nigeriano. Seu pai era professor, e sua mãe, secretária de admissões. Aos 19 anos tomou o rumo dos Estados Unidos para continuar seus estudos universitários na Filadélfia. Dessa experiência surgiria *Americanah*, que se passa nos dois países —o natal e o de adoção— pelos quais hoje divide sua vida: passa algumas temporadas em Lagos; outras, em Colúmbia (Maryland). Seu terceiro romance marcou um ponto de inflexão em sua escrita. Nele tomou a liberdade de romper com os limites do gênero, falar da raça, do racismo e da migração nos Estados Unidos, dos problemas da identidade num contexto de desenraizamento.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Agenda Cultural

São Paulo recebe evento dedicado para a literatura feita por mulheres

Conceição Evaristo, Clara Averbuck e Amara Moira são algumas das confirmadas no projeto 'Heroínas Reais', do Sesc Ipiranga

A literatura feita por mulheres será celebrada no Galpão do Sesc Ipiranga, em São Paulo, com o projeto Heroínas Reais. O evento vai do dia 17 de fevereiro a 1.º de abril, e pretende, segundo a organização, fazer um panorama histórico, desde o século XVI até os dias atuais, da literatura feminina (*veja a programação completa abaixo*).

Entre os nomes confirmados estão Conceição Evaristo, Clara Averbuck, Amara Moira, Noemi Jaffe, entre outras. O evento terá bate-papos, oficinas, apresentações de música e atividades para crianças e adolescentes (meninas e meninos).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

11 palestras de mulheres incríveis para tirar você da sua zona de conforto

Elas já participaram de Ted Talks para falar sobre sua experiência pessoal e, quem sabe, transformar o mundo.

De palestras sobre mudanças sociais, percepções enquanto mulher em um mundo machista, até outras sobre como o cérebro funciona e o entendimento que temos sobre a morte. Todos esses temas já foram abordados em Ted Talks que, desde 1984, aborda uma infinidade de temas em suas conferências. E no Brasil não foi diferente.

Desde 2015, cientistas, ativistas, filósofas, personalidades e empreendedoras brasileiras já participaram do evento e compartilharam sua experiência com o público. Muitas delas, experiências que são capazes de mudar e ampliar a visão de mundo do espectador.

Aqui estão 11 vídeos de mulheres brasileiras compartilhando suas histórias- e que certamente vão te inspirar.

Veja os Vídeos na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mais de Cem Anos de Poesia Brasileira em 28 Livros Escritos por Mulheres

Jamesson Buarque, escritor e professor de teoria e crítica literária da Universidade Federal de Goiânia, fez uma lista com 28 livros de mulheres que dão uma boa visão (não uma visão total, claro, mas realmente uma boa visão) da poesia brasileira do final do século XIX/início do século XX até hoje em dia. Imperdível!

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

9 mulheres que tiveram seus projetos roubados por um homem

Charles Anan foi em uma loja examinar a máquina de Margaret e roubou seu projeto; Alice Guy foi apagada por seu próprio esposo, que levou o crédito de seus filmes.

“De trás de um grande homem há sempre uma grande mulher”, já deveríamos saber que essa afirmação significa que um homem apresentou o trabalho de uma grande mulher como seu.

Ao longo da história existiram mulheres brilhantes, revolucionárias e inovadores, porém não são reconhecidas porque um homem levou o crédito de suas criações. Graças a essas mulheres conhecemos o mundo como é hoje, mesmo sem nunca ter ouvido sobre elas antes.

1 – Margaret Knight inventou a máquina do saco de papel em 1868.

Enquanto Margaret Knight trabalhava na Columbia Paper Bag Company, ela pensou sobre a possibilidade de criar uma máquina que criasse sacos com fundo plano, muito mais rápido para criar do que o lento processo de montagem manual.

Em poucos meses, criou um modelo de trabalho mudou-se para Boston para trabalhar com dois maquinistas nela.

Um homem chamado Chales Anan foi na loja para examinar a máquina de Margaret. Quando ela foi patentiar, sua solicitação foi negada porque Anan já havia patenteado.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

25 mulheres propõem saídas para as crises políticas

Basta acessar os meios de comunicação tradicionais, e até mesmo mídias alternativas, para constatar que a maior parte das análises políticas é elaborada a partir do pensamento de homens: brancos. É deles também o espaço em livrarias de grande porte. Segundo dados de um estudo da Universidade de Brasília (UNB), divulgado em 2017, mais de 70% dos livros publicados por grandes editoras brasileiras entre 1965 e 2014 foram escritos por homens. Esse cenário é revelador do déficit democrático que o país vive. “Ao invés de reproduzirmos falácias como ‘mulheres não se interessam por política’, deveríamos direcionar nosso pensamento crítico para as estruturas e condições sociais que atravancam o acesso e a dedicação de mulheres à política”, afirmou Joanna Burigo em entrevista ao Catarinas.

Um das organizadoras do livro “Tem Saída? Ensaio crítico sobre o Brasil”, Joanna estará em Florianópolis para o lançamento da obra que traz o olhar de 25 intelectuais, ativistas e parlamentares mulheres – do Pará ao Rio Grande do Sul – para as múltiplas crises que o país enfrenta. O evento acontece às 14h30, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), como parte da comemoração especial do Dia Internacional da Mulher organizada pela ONG Anitas Libertas.

Entre as autoras estão Flávia Biroli, Juliana Borges, Luciana Genro, Manuela D’Ávila, Marcia Tiburi e Marielle Franco. Publicado pela Editora Zouk em parceria com a Casa da Mãe Joanna, a obra ganha forma a partir do entendimento de que as crises são antigas, enraizadas na sociedade brasileira, e remetem ao aprofundamento do projeto democrático desde a base. A publicação revela que não existe uma, mas múltiplas saídas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para [mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br](mailto:nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br)

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 ° andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155

Cep:01014-001 São Paulo, SP

Home page: www.defensoria.sp.def.br

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.def.br